

CONTRATO Nº 021/2024

PROCESSO Nº 50050.007690/2023-13

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ENGENHARIA CONSULTIVA, QUE CELEBRAM ENTRE SI A INFRA S.A. E O CONSÓRCIO INFRA GAT.

A **INFRA S.A.**, razão social, **VALEC – ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S. A.**, empresa pública federal, sociedade anônima de capital fechado, prestadora de serviço público, controlada pela União e supervisionada pelo Ministério dos Transportes, com sede no Setor de Autarquias Sul (SAUS), Quadra 1, Bloco “G”, Lotes 3 e 5, Asa Sul, Brasília (DF), CEP 70.070-010, inscrita no CNPJ nº. 42.150.664/0001-87, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seus **Diretores**, na forma do Estatuto Social, e o **Consórcio Infra GAT.**, com sede na R. Universo 21, sala 701, A, 705, Santa Lucia, Belo Horizonte (MG), CEP 30.350-612, inscrita no CNPJ sob o nº. 55.984.866/0001-76, constituído pelas empresas **CAVA ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.296.490/0001-39 - empresa líder, **PORTO ASSUNÇÃO ENGENHARIA DE LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.045.864/0001-06 e **STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 81.188.542/0001-31, doravante denominado **CONTRATADO**, neste ato representada por seu representante legal, **RONEY GERALDO NOGUEIRA**, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por Contrato Social, conforme os documentos juntados ao processo nº. 50050.006958/2023-91, que deu origem à Licitação RLE Nº 08/2024, homologada em 03 de julho de 2024, resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente instrumento contratual tem por objeto a contratação de consultoria técnica especializada para prestação de serviços técnicos de engenharia, para suporte às atividades de competência legal da Superintendência de Gestão Ambiental e Territorial da **CONTRATANTE**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência (SEI nº 8257513) e seus anexos, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital RLE Nº 08/2024, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL E REFERÊNCIAS NORMATIVAS

2.1. A presente contratação decorre do procedimento licitatório RLE Nº 08/2024, na forma eletrônica, tendo por fundamento legal a Lei nº. 13.303, de 30 de junho de 2016, e demais legislações pertinentes e, ainda pelo estabelecido no Edital e seus anexos.

2.2. Devem ser observados, ainda, a legislação e os normativos, internos e externos, que disciplinam os serviços contratados, dispostos no Termo de Referência, anexo do Edital, assim como a submissão ao Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Infra S.A. - RILC e a todos os normativos editados pela Infra S.A. aplicáveis ao caso concreto.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DOCUMENTOS CONTRATUAIS E REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. Fazem parte integrante do presente Contrato, Edital e seus Anexos, Proposta de Preço do **CONTRATADO**, bem como, independente de sua transcrição, os documentos autuados no processo em referência.

3.2. O regime de execução contratual será de empreitada por preço unitário.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS DIRETRIZES GERAIS DOS SERVIÇOS

4.1. As diretrizes gerais dos serviços estão especificadas no Termo de Referência, anexo do Edital.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZO DE VIGÊNCIA, DE EXECUÇÃO E DE RECEBIMENTO

5.1. O Contrato a ser firmado vigorará por 42 (quarenta e dois) meses, contados a partir da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado nos termos do art. 71 da Lei nº 13.303/2016.

5.2. O prazo de execução será de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da emissão da primeira Ordem de Serviço.

5.3. Os prazos de início de cada etapa de execução, de conclusão, de entrega, de observação, quando for o caso, e de recebimento estão previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DO CONTRATO

6.1. O valor estimado deste Contrato é de **R\$ 24.906.519,56 (vinte e quatro milhões, novecentos e seis mil, quinhentos e dezenove reais e cinquenta e seis centavos)**, conforme tabela abaixo:

Item	Produto	Frequência	Unidade	Quantidades de demandas materializadas e de provável ocorrência	Quantidade total	Valores	
						Preço Unitário	Total
GRUPO 1	Inteligência Geográfica e Tecnologia (IGTC)	-	-	-	-	-	R\$ 1.675.071,66
<i>Produto 1.1</i>	<i>Análises espaciais personalizadas (IGT1.1)</i>	<i>SOB DEMANDA</i>	<i>Unidade</i>	<i>754</i>	<i>754</i>	-	R\$ 1.475.848,86
Subproduto 1.1.1	Análise Espacial Personalizada – Tipo I	SOB DEMANDA	Unidade	263	263	R\$ 1.125,68	R\$ 296.053,84
Subproduto 1.1.2	Análise Espacial Personalizada – Tipo II	SOB DEMANDA	Unidade	152	152	R\$ 2.304,07	R\$ 350.218,64
Subproduto 1.1.3	Análise Espacial Personalizada – Tipo III	SOB DEMANDA	Unidade	225	225	R\$ 2.416,96	R\$ 543.816,00
Subproduto 1.1.4	Análise Espacial Personalizada – Tipo IV	SOB DEMANDA	Unidade	114	114	R\$ 2.506,67	R\$ 285.760,38
Produto 1.2	Ferramentas de Inteligência de Negócios aplicada à gestão ambiental e territorial (IGT1.2)	SOB DEMANDA	Unidade	48	48	-	R\$ 199.222,80
Subproduto 1.2.1	Ferramentas de Inteligência e Gestão Aplicadas – Tipo I	SOB DEMANDA	Unidade	30	30	R\$ 2.354,06	R\$ 70.621,80
Subproduto 1.2.2	Ferramentas de Inteligência e Gestão Aplicadas – Tipo II	SOB DEMANDA	Unidade	18	18	R\$ 7.144,50	R\$ 128.601,00
GRUPO 2	SOLUÇÕES EM SUSTENTABILIDADE (SUST)	-	-	-	-	-	R\$ 134.398,08
<i>Produto 2.1</i>	<i>Análise e elaboração de Relatórios Técnicos de Sustentabilidade</i>	<i>SOB DEMANDA</i>	<i>Unidade</i>	<i>12</i>	<i>12</i>	R\$ 11.199,84	R\$ 134.398,08
GRUPO 3	ANÁLISE DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS E TERRITORIAIS (AEST)	-	-	-	-	-	R\$ 6.628.251,92

Produto 3.1	Análise de Estudos Socioambientais (AEST3.1)	SOB DEMANDA	Unidade	1252	1473	-	R\$ 2.110.027,87
Subproduto 3.1.1	Análise de Estudos Socioambientais Tipo I	SOB DEMANDA	Unidade	301	354	R\$ 292,10	R\$ 103.403,40
Subproduto 3.1.2	Análise de Estudos Socioambientais Tipo II	SOB DEMANDA	Unidade	610	718	R\$ 1.393,70	R\$ 1.000.676,60
Subproduto 3.1.3	Análise de Estudos Socioambientais Tipo III	SOB DEMANDA	Unidade	120	141	R\$ 2.115,44	R\$ 298.277,04
Subproduto 3.1.4	Análise de Estudos Socioambientais Tipo IV	SOB DEMANDA	Unidade	22	26	R\$ 1.510,91	R\$ 39.283,66
Subproduto 3.1.5	Análise de Estudos Socioambientais Tipo V	SOB DEMANDA	Unidade	86	101	R\$ 1.722,44	R\$ 173.966,44
Subproduto 3.1.6	Análise de Estudos Socioambientais Tipo VI	SOB DEMANDA	Unidade	19	22	R\$ 1.873,53	R\$ 41.217,66
Subproduto 3.1.7	Análise de Estudos Socioambientais Tipo VII	SOB DEMANDA	Unidade	43	51	R\$ 3.454,95	R\$ 176.202,45
Subproduto 3.1.8	Análise de Estudos Socioambientais Tipo VIII	SOB DEMANDA	Unidade	39	46	R\$ 3.747,06	R\$ 172.364,76
Subproduto 3.1.9	Análise de Estudos Socioambientais Tipo IX	SOB DEMANDA	Unidade	12	14	R\$ 7.473,99	R\$ 104.635,86
Produto 3.2	Análise de Estudos e Documentação Fundiária (AEST3.2)	SOB DEMANDA	Unidade	3693	11.131	-	R\$ 4.518.224,05
Subproduto 3.2.1	Análise de Estudos e Documentação Fundiária Tipo I	SOB DEMANDA	Unidade	650	4991	R\$ 105,41	R\$ 526.101,31
Subproduto 3.2.2	Análise de Estudos e Documentação Fundiária Tipo II	SOB DEMANDA	Unidade	3000	6099	R\$ 635,06	R\$ 3.873.230,94
Subproduto 3.2.3	Análise de Estudos e Documentação Fundiária Tipo III	SOB DEMANDA	Unidade	1543	41	R\$ 2.899,80	R\$ 118.891,80
GRUPO 4	DIAGNÓSTICOS SOCIOAMBIENTAIS E TERRITORIAIS (DSAT)	-	-	-	-	-	R\$ 9.041.082,83
Produto 4.1	Estudo Socioambiental Preliminar (DSAT4.1)	SOB DEMANDA	-	-	-	-	R\$5.237.660,04
Subproduto 4.1.1	Estudo Socioambiental Preliminar Tipo I - Empreendimentos pontuais	SOB DEMANDA	Unidade	26	60	R\$ 38.356,58	R\$ 2.301.394,80
Subproduto 4.1.2	Estudo Socioambiental Preliminar Tipo II - Empreendimentos lineares ¹	SOB DEMANDA	KM	16.000	23.090	R\$ 38.356,58	R\$ 2.936.265,24
Produto 4.2	Estudo Fundiário Preliminar (DSAT4.2)	SOB DEMANDA	-	-	-	-	R\$ 3.803.422,79
Subproduto 4.2.1	Estudo Fundiário Preliminar Tipo I - Empreendimentos pontuais	SOB DEMANDA	Unidade	26	60	R\$ 28.246,64	R\$ 1.694.798,40
Subproduto 4.2.2	Estudo Fundiário Preliminar Tipo II - Empreendimentos lineares ¹	SOB DEMANDA	KM	16.000	23.090	R\$ 28.246,64	R\$ 2.108.624,39
GRUPO 5	CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA (CTE)	-	-	-	-	-	R\$ 7.195.327,32
Produto 5.1	Consultoria Técnica SUGAT (CTE5.1)	MENSAL	Relatório	36	36	R\$ 188.217,14	R\$ 6.775.817,04
Produto 5.2	Consultoria Técnica de Escopo Específico (CTE5.2)	SOB DEMANDA	Horas	0	3181	R\$ 131,88	R\$ 419.510,28

DESLOCAMENTO E								
GRUPO 6	HOSPEDAGEM	-	-	-	-	-	R\$ 232.387,75	
(DSHO)								
Produto 6.1	Passagens aéreas	SOB DEMANDA	Unidade	0	70	R\$ 1.426,45	R\$ 99.851,50	
Produto 6.2	Diárias	SOB DEMANDA	Unidade	0	175	R\$ 408,98	R\$ 71.571,50	
Produto 6.3	Diárias de Veículo tipo Pick-up 4x4	SOB DEMANDA	Unidade	0	175	R\$ 348,37	R\$ 60.964,75	
TOTAL							R\$	24.906.519,56

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, remuneração do **CONTRATADO**, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, conforme condições estabelecidas no Edital e na Proposta de Preços do **CONTRATADO**.

6.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao **CONTRATADO** dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. A despesa objeto do Contrato está em conformidade com a Lei Orçamentária Anual 2024, Lei nº 14.822/2024, publicada no Diário Oficial da União em 23/01/2024, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024, Lei nº 14.791/2023, publicada no Diário Oficial da União de 02/01/2024 e com o Plano Plurianual – PPA 2024/2027, Lei nº 14.802/2024, publicada no Diário Oficial da União de 10/01/2024, nos termos do inciso II, do artigo 16, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), conforme descrito abaixo:

- Funções Programáticas nº. 26.121.0032.20UC.0001 - Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes - Nacional;
- Natureza da Despesa nº. 44.90.35/01;
- Fonte de Recursos: 1000;
- Nota de Empenho nº. 2024NE000202.

7.2. Para os exercícios seguintes, o dispêndio será alocado na dotação orçamentária própria para o atendimento das finalidades consignadas a INFRA S.A. no Plurianual - PPA 2024/2027 e nas Leis Orçamentárias Anuais dos respectivos exercícios. Por se tratar de diversos empreendimentos em andamento ou a serem iniciados, incluem-se as seguintes funcionais programáticas:

- 39207.26.783.3006.124G;
- 39207.26.783.3006.15V3;
- 39207.26.783.3006.5E83;
- 39207.26.783.3006.116X;
- 39207.26.783.3006.116E;
- 39207.26.783.3006.11ZH;
- 39207.26.783.3006.11ZI;
- 39207.26.783.3006.11ZD;
- 39207.26.783.3006.11ZE;
- 39207.26.783.0032.161K
- 26.121.0032.20UC.0001.

7.3. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS E DO PAGAMENTO

8.1. A medição dos serviços será realizada de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de

Referência, anexo do Edital.

8.2. O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTAMENTO

9.1. Os preços serão reajustados, após o interregno de um ano contados do orçamento base do orçamento referencial, julho de 2023, mediante a aplicação, pela **CONTRATANTE**, do índice de Consultoria do DNIT, para serviços de engenharia, obtido pela Fundação Getúlio Vargas (“FGV”), Coluna 39 (Serviços de Consultoria), e publicados na seção de Índices Econômicos da Revista Conjuntura Econômica, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto nº 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I_0) / I_0$$

onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I₀ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à **data do orçamento-base consignada acima;**

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

9.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

9.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

9.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

9.6. O reajuste de preços será formalizado por apostilamento.

9.7. O reajuste por índice, deverá ser solicitado pelo **CONTRATADO** durante a vigência do Contrato, sob pena de preclusão lógica, após a prorrogação ou encerramento do contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. Além dos encargos de ordem legal e dos demais assumidos em outras cláusulas contratuais e no Termo de Referência, anexo do Edital, são obrigações do **CONTRATADO**:

10.2. Obriga-se a, sempre que demandado, fazer com que seus prepostos e funcionários efetivem credenciamento como usuário externo no sistema de processo eletrônico da **CONTRATANTE**, para assinatura de documentos eletrônicos padronizados pela **CONTRATANTE**.

10.2.1. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, e informá-los sobre a vedação de executar atividades não abrangidas pelo Contrato, devendo o **CONTRATADO** relatar à **CONTRATANTE** toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio do objeto do contrato.

10.3. O **CONTRATADO** anui, expressa e antecipadamente, com a possibilidade de aplicação de instituto da compensação prevista no Código Civil, na hipótese de as partes serem devedores e credores entre si por meio de dívidas líquidas, vencidas e fungível em contratos diversos, desde que respeitado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Se o **CONTRATADO** for incluído no polo passivo conjuntamente com a **CONTRATANTE**, desde o início do processo, o **CONTRATADO** deverá assumir os custos e ônus decorrentes, preservando a **CONTRATANTE** indene das condenações e constrições judiciais, inclusive mediante o pagamento das garantias judiciais necessárias para impedir medida constritiva contra a **CONTRATANTE**;

10.5. Se o **CONTRATADO** não for incluído no polo passivo conjuntamente com a **CONTRATANTE**, esta última deverá dar ciência ao **CONTRATADO**, devendo o **CONTRATADO** solicitar ao juiz sua integração ao processo na qualidade de co-ré ou de interveniente, hipótese em que, (a) caso deferida a solicitação do **CONTRATADO**, esta última ressarcirá a **CONTRATANTE** dos custos incorridos até a sua admissão ao processo trabalhista e, a partir de então, assumirá todos os custos e ônus decorrentes, preservando a **CONTRATANTE** indene das condenações e constrições judiciais, inclusive mediante o pagamento das garantias judiciais necessárias para impedir medida constritiva contra a **CONTRATANTE**, ou (b) caso indeferida a solicitação do **CONTRATADO**, este último deverá ressarcir integralmente a **CONTRATANTE** de

todos os custos que venham a ser suportados pela **CONTRATANTE**, mediante notificação acerca da sentença, acórdão e comprovantes de custos relacionados.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. As obrigações da **CONTRATANTE** são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital, sem prejuízo de suas prerrogativas contratuais.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

12.1. Os critérios de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA

13.1. As condições de garantia contratual estão previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FORÇA MAIOR

14.1. Se, por circunstâncias de força maior, o **CONTRATADO** ficar temporariamente impedido de cumprir suas obrigações contratuais, deverá comunicar esse fato imediatamente à **CONTRATANTE**, por escrito, informando os efeitos do evento. Constatada, pela **CONTRATANTE**, a existência de tais circunstâncias, os serviços serão suspensos, mediante comunicação escrita da **CONTRATANTE**, enquanto perdurar a condição de força maior. Quando essa condição se prolongar por mais de 60 (sessenta) dias, contados da sua constatação pela **CONTRATANTE**, a **CONTRATANTE** poderá pedir a rescisão do Contrato, cabendo à **CONTRATANTE**, nesse caso, exclusivamente o encargo de pagar ao **CONTRATADO** a importância correspondente aos serviços executados até a data da ocorrência do evento de força maior.

14.2. Para efeito deste Contrato, consideram-se circunstâncias de força maior aquelas definidas na legislação e na jurisprudência em vigor.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E FISCAIS

15.1. O pagamento e o recolhimento de quaisquer tributos, encargos ou contribuições, inclusive para-fiscais, que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Contrato, correrão por conta e inteira responsabilidade do **CONTRATADO**, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

15.2. Caso o **CONTRATADO** seja autuado, notificado ou intimado pela autoridade competente por inobservância do disposto no item 15.1 e isto implicar em responsabilidade solidária da **CONTRATANTE**, esta poderá reter, dos pagamentos vincendos, um montante equivalente ao encargo não recolhido pelo **CONTRATADO**, até que esta satisfaça o pagamento devido, não incidindo, nessa hipótese, quaisquer juros ou reajustamento sobre as parcelas retidas.

15.3. Serão de responsabilidade exclusiva do **CONTRATADO** quaisquer indenizações por danos ou prejuízos causados por ação ou omissão sua ou de seus propositos à **CONTRATANTE** ou a terceiros, bem como pela inobservância ou infração de disposições previstas em lei, regulamentos ou posturas vigentes, em decorrência da execução dos serviços previstos neste Contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

16.1. É possível a alteração contratual, por acordo entre as partes, nos seguintes casos:

16.1.1. quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

16.1.2. quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites estabelecidos nos itens 16.2 e 16.3 deste Contrato;

16.1.3. quando conveniente a substituição da garantia de execução;

16.1.4. quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

16.1.5. quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

16.1.6. para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica

extraordinária e extracontratual.

16.2. O **CONTRATADO** poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

16.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item 16.2, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

16.4. No caso de supressão de obras, bens ou serviços, se o **CONTRATADO** já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, esses materiais deverão ser pagos pela **CONTRATANTE** pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

16.5. A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

16.6. Em havendo alteração do Contrato que aumente os encargos do **CONTRATADO**, a **CONTRATANTE** deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

16.7. É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na matriz de riscos, como de responsabilidade do **CONTRATADO**.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS SANÇÕES

17.1. Nos casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas, garantida a defesa prévia e o contraditório, a **CONTRATANTE** pode aplicar ao **CONTRATADO**, com fundamento nos artigos 82 a 84 da Lei nº. 13.303, de 30 de junho de 2016, as seguintes sanções:

17.2. Advertência por escrito, nas seguintes situações:

17.2.1. Quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos à execução do objeto da licitação e não prejudiquem o andamento das atividades normais da **CONTRATANTE**;

17.2.2. Quando ocorrerem pontuações de avaliação abaixo de 80,00, para um tipo de PRODUTO, durante a vigência do contrato, segundo critério estabelecido no item 17 do Termo de Referência, anexo do Edital.

17.3. Multa moratória e compensatória:

I - Moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado na entrega do PRODUTO, incluindo os relatórios e os documentos pertinentes, calculado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias de atraso. A parcela inadimplida corresponderá ao valor mensal estabelecido para cada PRODUTO do cronograma físico-financeiro apresentado pelo **CONTRATADO**.

II - Moratória de 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso injustificado na entrega do PRODUTO, incluindo os relatórios e os documentos pertinentes, calculado sobre o valor da parcela inadimplida, desde o primeiro dia de atraso, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias. A parcela inadimplida corresponderá ao valor mensal estabelecido para cada PRODUTO do cronograma físico-financeiro apresentado pelo **CONTRATADO**.

III - Compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total medido imediatamente subsequente à avaliação, em caso de três avaliações com pontuações consecutivas abaixo de 90,00 ou se ocorrerem pontuações abaixo de 90,00 em mais de 4 das últimas 10 avaliações realizadas para um determinado tipo de PRODUTO, segundo critério estabelecido no item 17 deste Termo de Referência.

IV - Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total medido imediatamente subsequente à avaliação, em caso de duas avaliações com pontuações consecutivas abaixo de 80,00 ou se ocorrerem pontuações abaixo de 80,00 em mais de 3 das últimas 10 avaliações realizadas para um determinado tipo de PRODUTO, segundo critério estabelecido no item 17 deste Termo de Referência.

V - Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento de obrigações contratuais ou reincidência de condutas que impliquem em

aplicação de outras sanções;

VI - Compensatória de 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do objeto do contrato, ou rescisão do contrato, calculado sobre a parte inadimplida;

VII - Compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do Termo Aditivo em caso de recusa injustificada do **CONTRATADO** assinar o Termo Aditivo com o qual tenha manifestado sua aquiescência anteriormente, dentro do prazo estabelecido pela **CONTRATANTE**. Caso o Termo Aditivo não altere o valor do Contrato, a multa será calculada sobre o valor do saldo remanescente a executar do contrato.

17.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, por prazo não superior a 2 (dois) anos, aplicadas às empresas ou aos profissionais quando:

17.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CONTRATANTE** em virtude de atos ilícitos praticados;

17.4.4. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato;

17.4.5. Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;

17.4.6. Ensejar o retardamento da execução do objeto do certame;

17.4.7. Não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato;

17.4.8. Cometer fraude fiscal;

17.4.9. Demais práticas ilícitas previstas na forma do Instrumento Convocatório ou neste Contrato.

17.5. A reincidência da sanção de advertência poderá ensejar a aplicação de penalidade de suspensão.

17.6. Caso o PRODUTO não seja entregue ou seja julgado como inservível, sem reparação pelo **CONTRATADO** em tempo indicado pela fiscalização, poderá ensejar em: (i) constituição dos débitos decorrentes e retenção do seguro garantia no decorrer da apuração de responsabilidade contratual; e, (ii) suspensão temporária de participação em licitações futuras por até 2 (dois) anos.

17.7. A multa a que alude este artigo não impede que a **CONTRATANTE** rescinda o Contrato e aplique as outras sanções previstas neste Contrato, no RILC e no Instrumento Convocatório.

17.8. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo **CONTRATADO**.

17.9. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o **CONTRATADO** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela **CONTRATANTE** ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

17.10. O prazo da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE** terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial da União – DOU, estendendo-se os seus efeitos a todas as unidades da **CONTRATANTE**.

17.11. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE** importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral no âmbito da **CONTRATANTE**;

17.12. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE** não impede que a Administração rescinda o Contrato.

17.13. As práticas passíveis de penalização exemplificadas nesta Cláusula, além de acarretarem responsabilização administrativa e judicial da pessoa jurídica nos termos da Norma de Processo Administrativo Sancionatório de Rescisão Contratual Unilateral e de Constituição de Débito da **CONTRATANTE**, ou outra que venha a substituí-la, e no RILC, implicarão na responsabilidade individual dos dirigentes das empresas contratadas e dos administradores/gestores, enquanto autores, coautores ou partícipes do ato ilícito, nos termos da Lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

- 18.1. A rescisão do contrato poderá ser:
- I - Por resolução, assegurada a ampla defesa e contraditórios;
 - II - Por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para as partes;
 - III - Por determinação judicial.
- 18.2. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão e a aplicação de penalidades, sem prejuízo de demais consequências contratuais e as previstas em lei ou no RILC da **CONTRATANTE**.
- 18.3. Constituem motivos para resolução do Contrato:
- 18.3.1. O não cumprimento e/ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
 - 18.3.2. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
 - 18.3.3. O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
 - 18.3.4. A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à administração;
 - 18.3.5. A subcontratação total ou parcial do seu objeto em desacordo com o instrumento convocatório, respeitado ainda o disposto no artigo 78 da Lei nº 13.303/16;
 - 18.3.6. A cessão ou transferência, total ou parcial do objeto;
 - 18.3.7. A fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no instrumento convocatório e no Contrato;
 - 18.3.8. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
 - 18.3.9. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;
 - 18.3.10. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
 - 18.3.11. A dissolução da sociedade ou o falecimento do **CONTRATADO**;
 - 18.3.12. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do Contrato;
 - 18.3.13. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
 - 18.3.14. A materialização de evento crítico previsto na matriz de riscos, que impossibilite a continuidade do contrato;
 - 18.3.15. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;
 - 18.3.16. O descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
 - 18.3.17. A não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado;
 - 18.3.18. O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;
 - 18.3.19. A prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/13;
 - 18.3.20. A inobservância da vedação ao nepotismo; e
 - 18.3.21. A prática de atos que prejudiquem ou comprometam à imagem ou reputação da **CONTRATANTE** direta ou indiretamente.

18.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18.5. A resolução por culpa do **CONTRATADO** acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas no RILC da **CONTRATANTE**:

18.5.1. A retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**; e/ou

18.5.2. Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

18.6. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa do **CONTRATADO**, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, desde que regularmente comprovados, e terá ainda direito à:

- I - Devolução da garantia;
- II - Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão; e
- III - Pagamento do custo da desmobilização.

18.7. O Termo de Rescisão, sempre que possível, será precedido de:

- I - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- II - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e
- III - Indenizações e multas.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA CESSÃO, SUBROGAÇÃO E SUBCONTRATAÇÃO

19.1. É vedada a cessão ou transferência, total ou parcial do objeto, e a sub-rogação do Contrato.

19.1.1. A sub-rogação do contrato será permitida nos casos de fusão, cisão ou incorporação da empresa contratada, desde que sua sucessora mantenha todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

19.2. Será permitida a subcontratação para a realização de consultorias técnicas de escopo específico (produto 5.2), mediante prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**, até 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato, nas seguintes condições:

19.2.1. A subcontratação depende de autorização prévia da **CONTRATANTE**, a quem incumbe avaliar se a **SUBCONTRATADA** cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

19.2.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do **CONTRATADO** pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da **SUBCONTRATADA**, bem como responder perante a **CONTRATANTE** pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

19.2.3. O **CONTRATADO** se comprometerá a substituir a **SUBCONTRATADA**, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade **CONTRATANTE**, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente **SUBCONTRATADA**.

19.2.4. O **CONTRATADO** será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade dos serviços prestados da subcontratação.

19.2.5. A **CONTRATANTE** se reserva ao direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados por meio da subcontratação em desacordo com o estipulado nos documentos contratuais e nas normas e especificações.

19.2.6. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, bem como do produto "5.1 CONSULTORIA TÉCNICA SUGAT".

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA MATRIZ DE RISCOS

20.1. A **CONTRATANTE** e o **CONTRATADO**, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual, mediante a alocação do risco à parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos conforme Anexo I-B do Termo de Referência, anexo do Edital.

20.2. É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na Matriz de Riscos, como de responsabilidade do **CONTRATADO**.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

21.1. Os critérios de sustentabilidade estão previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO REGRAMENTO ÉTICO E DE INTEGRIDADE

22.1. Os regramentos Ético e de Integridade estão previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO ANTINEPOTISMO

23.1. Fica vedado ao **CONTRATADO** alocar, para prestação dos serviços que constituem o objeto do presente contrato, familiar de agente público que neste exerça cargo em comissão ou função de confiança do **CONTRATANTE**.

23.2. Os terceirizados eventualmente alocados na prestação dos serviços objeto deste contrato deverão assinar declaração atestando a ausência de relação familiar ou de parentesco, por consanguinidade ou afinidade, que importe a prática de nepotismo, nos termos do Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010.

23.3. Considera-se familiar, nos termos do art. 2º, III do Decreto nº 7203/2010, o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

23.4. O **CONTRATADO** fica obrigado a comunicar à **CONTRATANTE**, formalmente, a existência de relação familiar ou de parentesco, por consanguinidade ou afinidade, entre seus empregados, sócios ou dirigentes e agentes públicos da **CONTRATANTE**, em todos os níveis hierárquicos.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA RENÚNCIA

24.1. O não exercício de qualquer direito que caiba à **CONTRATANTE**, no caso de inadimplemento de quaisquer obrigações assumidas pelo **CONTRATADO** neste instrumento, não será interpretado como renúncia, podendo ser exercidos tais direitos a qualquer tempo.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

25.1. A política de transações com partes relacionadas estão previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

26.1. Na hipótese de, em razão da execução do presente Contrato, o **CONTRATADO** realizar operações de tratamento de dados pessoais relacionados à **CONTRATANTE**, o **CONTRATADO** declara estar ciente e concorda com as disposições constantes do Anexo I-D do Termo de Referência, anexo do Edital.

27. CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DA ASSINATURA ELETRÔNICA E/OU DIGITAL

27.1. O presente instrumento será firmado através de assinatura eletrônica e/ou digital, certificada pelo SUPER - Sistema Único de Processo Eletrônico em Rede utilizado pela **CONTRATANTE**, sendo garantida a eficácia de suas cláusulas.

27.2. Em conformidade com o disposto § 1º do art. 10 da MPV 2.200-02/01, a assinatura deste termo pelo representante oficial do **CONTRATADO**, pressupõe declarada, de forma inequívoca, a sua concordância, bem como o reconhecimento de validade e aceite do presente documento.

27.3. A sua autenticidade poderá, a qualquer tempo, ser atestada seguindo os procedimentos impressos na nota de rodapé, não podendo, desta forma, as partes se oporem a sua utilização.

28. CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas no Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001, na Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº. 5/2017 e suas alterações, Lei nº 13.303 de 30 de julho de 2016.

28.2. Na hipótese de existência de contradições entre o Contrato, Termo de Referência, Edital e Ordem de Serviço, prevalecerá o disposto no Termo de Referência, inclusive, quanto a todos os seus efeitos.

28.3. O **CONTRATADO** cederá os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, para que a **CONTRATANTE** possa utilizá-lo de acordo com o previsto no Termo de Referência e neste Contrato.

29. CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

29.1. Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União.

30. CLÁUSULA TRIGÉSIMA – DO FORO

30.1. O foro competente é o da Justiça Federal da cidade de Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente contrato assinado eletronicamente pelas partes.

(assinado
eletronicamente)

**INFRA S.A.
CONTRATANTE**

(assinado
eletronicamente)

**INFRA S.A.
CONTRATANTE**

(assinado
eletronicamente)

**CONSÓRCIO INFRA
GAT
CONTRATADO**

(assinado
eletronicamente)

**CONSÓRCIO INFRA
GAT
CONTRATADO**



Documento assinado eletronicamente por **Roney Geraldo Nogueira, Usuário Externo**, em 23/07/2024, às 13:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **André Luís Ludolfo da Silva, Diretor de Empreendimentos**, em 24/07/2024, às 11:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Macedo Bastos, Diretor Presidente**, em 24/07/2024, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8573988** e o código CRC **51DC4B20**.



Referência: Processo nº 50050.007690/2023-13



SEI nº 8573988

SAUS, Quadra 01, Bloco 'G', Lotes 3 e 5. Bairro Asa Sul, - Bairro Asa Sul
Brasília/DF, CEP 70.070-010
Telefone: